AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE: **Resultados da CPE como política pública.** **2020**

CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS

AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE: Resultados da CPE como Política Pública

Autores:

Danilo Augusto Kanthack Paccini

Carolina Yukari Veludo Watanabe

Porto Velho
Junho/2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Even3 Publicações, PE, Brasil)

A945 Avaliação de Efetividade: Resultados da CPE como Política Pública / Danilo Augusto Kanthack Paccini e Carolina Yukari Veludo Watanabe – 1. ed. – Porto Velho: Even3 Publicações, 2020.
1 livro digital ; 63 p.

Bibliografia.

DOI: 10.29327/515099

ISBN: 978-65-86090-63-5

1. Estatística. 2. Políticas Públicas. 3. Avaliação de Efetividade. I. PACCINI, Danilo Augusto Kanthack. II. WATANABE, Carolina Yukari Veludo. III. Título.

CDD 310

CDU 31

APRESENTAÇÃO

A morosidade na tramitação processual é um dos maiores problemas enfrentados pelo judiciário brasileiro, constitui descrença e inegável obstáculo ao acesso à justiça. A demora na prestação jurisdicional é motivo de ceticismo no poder, incredulidade esta que reverbera por todos os setores sociais.

No biênio 2016/2017, na administração do Desembargador Sansão Saldanha, presidente, e Hiram Marques, Corregedor, o TJRO ousou ao implantar uma nova forma de gestão cartorária na comarca da Capital, batizada de Central de Processos Eletrônicos, a CPE.

Aproveitando a massificação do uso do processo eletrônico no Estado, a necessidade de modernização e racionalização das atividades cartorárias, resolveu conceber, em novembro de 2016, um cartório judicial único para atender, executar e realizar atos cartorários dos processos judiciais eletrônicos do primeiro grau de jurisdição, na comarca de Porto Velho, em contraposição à ideia dos cartórios tradicionais.

Ao concentrar os atos em um único ambiente, a partir da utilização mais lógica do processo eletrônico, traz como principais objetivos: redução de pessoal para a realização do mesmo trabalho; melhor aproveitamento de espaço físico; padronização de expedientes, atos e procedimentos judiciais, além de reduzir o impacto decorrente da ausência de tirocínio de parte dos magistrados que não se adequam à atividade de gestão (TJRO, 2016b)

Busca-se com este relatório, tornar pública a investigação realizada no trabalho de conclusão de curso do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Administração da Justiça – DHJUS, realizado pela Universidade Federal de Rondônia em parceria Com o Tribunal de Justiça de Rondônia, representado pela Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, sobre a efetividade da CPE como política pública de combate das causas da morosidade do poder judiciário e instrumento de facilitação ao acesso à justiça.

O objetivo do relatório é apresentar a análise de todos os marcadores investigados no trabalho, cujo formato pode ser utilizado para o acompanhamento do novo órgão para o planejamento de expansão ou não do órgão, assim como serem incluídos nos sistemas eletrônicos de monitoramento, acompanhamento e correccional, empregados pela Corregedoria Geral da Justiça.

Danilo Augusto Kanthack Paccini

Mestre em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça - UNIR

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA	7
3 ANÁLISE DA ECONOMICIDADE DA ESTRUTURA	9
4. USO RACIONAL DOS ESPAÇOS FÍSICOS	11
5 PRODUTIVIDADE DE MAGISTRADOS	13
6 PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES	20
7. ANÁLISE DOS MARCADORES UTILIZADOS.....	25
7.1 NÚMERO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS.....	25
7.2 CURVA DE EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS ATIVOS	31
7.3 TAXA DE CONGESTIONAMENTO	39
7.4 TEMPO DE DURAÇÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO	47
7.5 TEMPO MÉDIO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS DE CONHECIMENTO	53
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	60
AUTORES	63

1 INTRODUÇÃO

A avaliação de uma política pública tem como pressuposto sua eficácia, que considera os resultados por ela atingidos (SCHMIDT, 2008).

Essa aferição dos resultados é indispensável para a sua manutenção e planejamento de expansão e deve ser realizada com regularidade pela administração. A não realização antes da ampliação da atividade estatal pode trazer significativos prejuízos para a Administração.

Segundo Schmidt (2008), enquanto a eficácia considera os resultados conseguidos pela política pública, a verificação da eficiência depende da comparação entre resultados e custos.

Em continuação, Schmidt (2008) acrescenta mais dois elementos para a avaliação de políticas públicas: a legitimidade e a efetividade.

Os quatro elementos estão vinculados à resposta de quatro perguntas fundamentais: a política pública foi implementada? (avaliação da efetividade); os resultados esperados foram alcançados? (avaliação da eficácia); qual o recurso total de recursos gastos para alcançar o resultado? (avaliação da eficiência); qual o grau de aceitação da política pública por parte dos beneficiados? (avaliação de legitimidade) (SCHMIDT, 2008).

Este relatório tem por objetivo demonstrar da forma mais facilitada possível a avaliação dos resultados da CPE, implementada como política pública do TJRO.

São analisadas várias informações sobre os reflexos da CPE nas unidades judiciárias que passaram a ter seus serviços cartorários realizados pela CPE, como:

- a) quantidade de processos iniciados;
- b) evolução do acervo de cada unidade;
- c) taxa de congestionamento;
- d) tempo médio do processo, considerado desde a distribuição da ação até a primeira baixa ou arquivamento;
- e) tempo médio para julgamento, verificado da data da distribuição até a primeira sentença;
- f) produtividade de magistrados e servidores;

- g) economicidade da nova estrutura;
- h) utilização de espaços físicos.

Os juízos analisados foram divididos em grupos, para melhor aferição dos dados:

- a) 1º grupo: os 04 juizados especiais cíveis e juizado da fazenda pública;
- b) 2º grupo: as 04 varas de família;
- c) 3º grupo: 05 varas cíveis – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª;
- d) 4º grupo: outras 05 varas cíveis – 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª;
- e) 5º grupo: varas de fazenda pública;
- f) 6º grupo: 1ª vara de execuções fiscais.

Com relação à metodologia, na busca de simplicidade e agilidade para compreensão dos dados, foi utilizado o software Excel e analisado por meio de tabela dinâmica para calcular, resumir e analisar os dados de forma a acelerar a busca da informação e permitir tomar conclusões mais assertivas, ver comparações, padrões e tendências nos dados. Os resultados serão apresentados por meio de gráficos e tabelas.

Para análises comparativas do antes e depois da CPE, como produtividade de magistrados, servidores, tempo médio de duração do processo e de julgamento, são avaliados períodos idênticos.

Os dados foram solicitados ao TJRO pela Coordenação do DHJUS e fornecidos pela STIC, tudo por meio do SEI nº 0000282-82.2019.8.22.8700 (TJRO, 2019b). Fez-se a opção pelas informações mantidas pela STIC, em detrimento das que poderiam ser apuradas pelo Sistema Eolis da Corregedoria do TJRO (CGJ, 2016), pois os números apresentados são os mesmos informados anualmente ao CNJ para confecção do Relatório Justiça em Números, portanto oficiais.

2 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA

A CPE foi implantada em novembro de 2019, com a edição da Resolução nº 29/2016-PR e Lei Complementar nº 923/2016.

A figura 1 mostra o organograma da primeira estrutura organizacional da CPE.

Figura 1: Organograma da primeira formação da CPE

O organograma da figura 2 explicita a disposição da estrutura após a criação da Secretaria Judicial de 1º Graus, responsável pela administração da CPE.

Figura 2: Organograma atual da CPE, inserida na SJ1G

3 ANÁLISE DA ECONOMICIDADE DA ESTRUTURA

A CPE foi uma decisão do TJRO que tinha como finalidade combater as causas de morosidade processuais, uma delas a dificuldade orçamentária para manter uma quantidade suficiente de servidores para dar vazão e aumentar o número de decisões judiciais.

A análise da economicidade faz uma avaliação comparativa dos custos com pessoal que o TJRO tinha com a manutenção de salário com os servidores que compunham os cartórios judiciais tradicionais e agora com os funcionários que passaram a exercer suas atividades na CPE.

DIMINUIÇÃO

28% no número de cargos de técnicos

31,6% dos de diretores de cartório

39,4% de estagiários

ECONOMIA

R\$ 188.609,80

R\$ 46.106,90

R\$ 14.424,80

Economia Mensal
R\$ 249.141,50

Economia Anual
R\$ 2.989.697,90

4. USO RACIONAL DOS ESPAÇOS FÍSICOS

Uma das causas de morosidade identificadas pelas pesquisas utilizadas neste trabalho é a inadequação dos prédios e espaços físicos do Poder Judiciário, que influem negativamente na produtividade dos servidores.

A implantação da CPE, propõe justamente a otimização dos espaços públicos e de mão de obra de servidores como uma de suas finalidades. Busca romper os paradigmas da gestão cartorária, acabando com a ideia de uma serventia por unidade judicial, permitindo que um único órgão, ocupando um único ambiente, preste serviços de movimentação processual para inúmeras varas, com a redução do número de servidores necessários para cumprir a mesma tarefa, a partir da especialização de serviços e padronização de expedientes (TJRO, 2016b).

Quando iniciado o projeto de pesquisa para este trabalho, imaginávamos que a forma de gestão cartorária com os cartórios tradicionais ocupava um espaço físico muito maior do que seria necessário com a unificação das unidades.

O que era uma suposição foi confirmado pelas informações prestadas pelo DEA (Departamento de Engenharia e Arquitetura) do Tribunal de Justiça, no SEI nº 0000282-81.2019.8.22.8700 (TJRO, 2019b).

Figura 3: representa os espaços físicos ocupados pelos cartórios tradicionais e pela CPE, em m², até dezembro de 2019.

Com a redução da quantidade de servidores para exercer a mesma atividade, a unificação dos espaços físicos e a padronização de móveis e locais de trabalho, realizadas com a implantação da CPE, a área utilizada pelos cartórios foi reduzida em 58,15%.

O fórum civil da capital, não tinha espaço suficiente para abrigar juízes servidores e acolher a todos os jurisdicionados, com cartórios e corredores entulhados de processos físicos, salas de audiências acanhadas e juízes que precisavam abrigar os assessores em seus gabinetes.

O mesmo ocorria nos juizados especiais e varas de família.

Com o deslocamento de parte dos servidores da forma tradicional de cartórios do fórum civil para o edifício dos juizados especiais cíveis, foi possível readequar os espaços das varas, aumentando os ambientes das varas cíveis e fazendo desaparecer os processos que antes eram alocados nos corredores, além de criar salas para assessores.

O planejamento e organização na construção ou reforma de ambiente é fator essencial na maximização da produtividade daqueles que trabalham no local. Um espaço adequado é elemento de resgate da dignidade do trabalho de todos.

A criação e implantação da CPE permitiu a melhoria da instalação de boa parte dos prédios da capital, a partir da otimização dos espaços com o novo órgão.

5 PRODUTIVIDADE DE MAGISTRADOS

Neste ponto, a hipótese que precisa ser comprovada é se houve o aumento da produtividade de magistrados, já que, com a reestruturação promovida com a implantação, foi possível o incremento do número de servidores no gabinete, com o recebimento de mais dois assistentes de Juiz, a fim de tentar vencer o aumento da quantidade de processos aguardando decisão.

A evolução da produtividade de magistrados é avaliada considerado a média decorrente da soma mensal de sentenças por vara, incluindo sentenças de mérito, sem mérito e extintivas de execução ou cumprimento de sentença, independentemente da natureza jurídica de cada uma delas.

A opção foi apresentar um único gráfico com a produtividade anual de cada uma das varas examinadas e, posteriormente, a análise individualizada seguirá o mesmo, mas a partir da produção mensal de cada unidade.

Para efeito de contrapor a atividade de cada gabinete, são analisados os mesmos períodos imediatamente anteriores e posteriores à implantação da CPE e, como já delimitado anteriormente, é indispensável que a unidade, ao final de 2019, data limite para a aferição das informações, tenha ao menos um ano sob a gestão da CPE.

Figura 4: Produtividade anual, de sentenças, de todas as varas migradas para a CPE da capital, de 2014 a 2019.

Evolução da produtividade dos gabinetes dos juizados especiais cíveis e da fazenda pública

Como mencionado, os juizados especiais cíveis e de fazenda pública foram as primeiras unidades a terem seus serviços cartorários encampados pela CPE, em novembro de 2016 (TJRO, 2016a; c).

Figura 5: Apresenta resultado da comparação da produtividade antes e depois da CPE

Evolução da produtividade dos gabinetes das varas de família da capital

A migração dos processos da 4ª vara de família para a CPE se deu em outubro de 2017, (TJRO, 2017a). O serviço cartorário das demais varas de família foram encampados pela CPE em junho de 2018 (TJRO, 2018k), (TJRO, 2018m) e (TJRO, 2018l).

Figura 6: Apresenta resultado da comparação da produtividade antes e depois da CPE

Evolução da produtividade dos gabinetes das varas cíveis de Porto Velho - 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª

A migração dos processos da 1ª e 5ª varas cíveis para a CPE se deu em setembro de 2018 (TJRO, 2018a; b). O processo de migração da 2ª e 3ª 4ª varas cíveis findou em outubro de 2018 (TJRO, 2018e; d) (TJRO, 2018c).

Figura 7: Apresenta resultado da comparação da produtividade antes e depois da CPE

Evolução da produtividade dos gabinetes das varas cíveis de Porto Velho - 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª

A migração dos processos da 6ª vara cível para a CPE se ocorreu em novembro de 2017 (TJRO, 2017a). O processo de migração da 7ª vara cível findou abril de 2018 (TJRO, 2018h). Os serviços cartorários da 8ª vara cível passaram para a CPE em dezembro de 2018 (TJRO, 2017b). A 9ª e 10 varas cíveis foram encampada pela CPE em maio de 2018 (TJRO, 2018i). (TJRO, 2018j).

Figura 8: Apresenta resultado da comparação da produtividade antes e depois da CPE

Evolução da produtividade nas varas de fazenda pública da capital

As duas varas de fazenda pública de Porto Velho (1ª e 2ª) tiveram seus serviços cartorários migrados para a CPE em dezembro de 2018 (TJRO, 2018g; 2019a).

Figura 9: Apresenta resultado da comparação da produtividade antes e depois da CPE

Evolução da produtividade na 1ª vara de execuções fiscais de Porto Velho

A 1ª vara de execuções fiscais da Porto Velho, por sua vez, foi encampada pela CPE no mês de novembro de 2018 (TJRO, 2018f), permitindo a sua inclusão na análise.

Figura 10: Apresenta resultado da comparação da produtividade antes e depois da CPE

Figura 11: Quadro geral de resultados

6 PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES

Na avaliação da produtividade de servidores foi considerado a mesma forma de cálculo da dos gabinetes de magistrados e divisão de grupos.

Não foi possível comparar a produtividade dos cartórios tradicionais dos juizados especiais cíveis e fazenda pública. O PJE foi implementado nessas unidades em meados de 2014, conforme Portaria nº 06/14-PR (TJRO, 2014). Antes disso, todas trabalhavam com outro tipo de processo eletrônico, o PROJUDI, que não disponibilizava a produtividade cartorária para controle, impossibilitando a comparação.

Comparativo da produtividade entre os cartórios tradicionais e a CPE, nas varas de família da capital

A migração dos processos da 4ª vara de família para a CPE se deu em outubro de 2017, (TJRO, 2017a). O serviço cartorário das demais varas de família foram encampados pela CPE em junho de 2018 (TJRO, 2018k), (TJRO, 2018m) e (TJRO, 2018l).

Figura 12: Demonstra a comparação da atividade cartorária dos cartórios tradicionais e da CPE

Comparativo da produtividade entre os cartórios tradicionais e a CPE, nas varas de cíveis da capital – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª.

A migração dos processos da 1ª e 5ª varas cíveis para a CPE se deu em setembro de 2018 (TJRO, 2018a; b). O processo de migração da 2ª e 3ª 4ª varas cíveis findou em outubro de 2018 (TJRO, 2018e; d) (TJRO, 2018c).

Figura 13: Demonstra a comparação da atividade cartorária dos cartórios tradicionais e da CPE

Comparativo da produtividade entre os cartórios tradicionais e a CPE, nas varas de cíveis da capital – 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª.

A migração dos processos da 6ª vara cível para a CPE se ocorreu em novembro de 2017 (TJRO, 2017a). O processo de migração da 7ª vara cível findou abril de 2018 (TJRO, 2018h). Os serviços cartorários da 8ª vara cível passaram para a CPE em dezembro de 2018 (TJRO, 2017b). A 9ª e 10 varas cíveis foram encampada pela CPE em maio de 2018 (TJRO, 2018i). (TJRO, 2018j).

Figura 14: Demonstra a comparação da atividade cartorária dos cartórios tradicionais e da CPE

Comparativo da produtividade entre os cartórios tradicionais e a CPE, nas varas de fazenda pública de Porto Velho

As duas varas de fazenda pública de Porto Velho (1ª e 2ª) tiveram seus serviços cartorários migrados para a CPE em dezembro de 2018 (TJRO, 2018g; 2019a).

Figura 15: Demonstra a comparação da atividade cartorária dos cartórios tradicionais e da CPE

Comparativo da produtividade entre os cartórios tradicionais e a CPE, nas varas de fazenda pública de Porto Velho

A 1ª vara de execuções fiscais da Porto Velho, por sua vez, foi encampada pela CPE no mês de novembro de 2018 (TJRO, 2018f), permitindo a sua inclusão na análise.

Figura 16: Demonstra a comparação da atividade cartorária dos cartórios tradicionais e da CPE

Figura 17: Quadro geral de resultados

7. ANÁLISE DOS MARCADORES UTILIZADOS

7.1 NÚMERO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Juizados especiais cíveis e de fazenda pública

Os dados apresentados referem-se ao quantitativo de processos iniciados em cada uma das unidades entre o ano de 2014 até o final do segundo semestre de 2019.

Figura 18: Quantidade de processos distribuídos semestralmente por unidade jurisdicional

Figura 19: Quantidade de processos distribuídos no ano de migração e no ano de 2019

Dos números apresentados verifica-se apenas uma das cinco unidades analisadas teve redução da distribuição.

Na realidade, de todos os grupos examinados, o dos juizados especiais foi aquele em que se verificou a existência de aumento significativo na distribuição, capaz de influir nos demais índices escolhidos para avaliação.

Nos juizados especiais cíveis, verificou-se um crescimento médio geral na distribuição de 29,53% e uma redução de 15,8% no juizado da fazenda pública.

O 3º juizado teve o menor aumento (26,68%) e o 1º o mais relevante (33,05%).

Varas de família

Figura 20: Quantidade de processos distribuídos nas varas de família da capital

A curva do gráfico de distribuição demonstra, a exceção da diferença verificada entre o primeiro e segundo semestre de 2015, uma constância no número de processos distribuídos entre as unidades.

Apenas no ano de 2019 foi verificada uma pequena contração na distribuição no primeiro semestre e uma recuperação no segundo, mas, de qualquer forma, esta variação é insuficiente para influenciar nos resultados avaliados a seguir, já que as variações negativas foram compensadas pelas positivas.

Varas cíveis – 1ª a 5ª

Figura 21: Quantidade de processos distribuídos nas varas cíveis da capital – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª.

A leitura da curva do gráfico de processos iniciados nas varas cíveis analisadas demonstra que desde o segundo semestre de 2016 existe uma tendência de queda na quantidade de processos distribuídos, com a estabilização deste número a partir do primeiro semestre de 2018.

As unidades analisadas migraram para a CPE no segundo semestre de 2018, quando a distribuição já estava estabilizada e entre 2018 e 2019 houve uma pequena oscilação positiva, mas nada suficiente para impactar os resultados obtidos pelo novo órgão.

Varas cíveis – 6ª a 10ª

Figura 22: Distribuição semestral de processos às varas cíveis da capital – 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª

O número de processos distribuídos nas varas analisadas é praticamente o mesmo do grupo anterior, seguindo uma tendência de queda até a estabilização, ocorrida no primeiro semestre de 2018, período em que as unidades começaram a migração de seus processos para a CPE.

A partir do primeiro semestre de 2018 ao final de 2019 foi verificado um ligeiro aumento no número de processos por vara, mas insuficiente para influir nos resultados das unidades.

Apenas a 6ª vara cível experimentou variação na quantidade de processos recebidos, especialmente entre o primeiro e o segundo semestre de 2018 (57%). Essa variação expressiva pode ter influenciado em seus resultados, com mais força na evolução do número de processos ativos.

Varas da fazenda pública

Figura 23: Quantidade de processos iniciados semestralmente nas varas de fazenda pública de Porto Velho.

Nota-se do gráfico acima que as varas de fazenda pública de Porto Velho tiveram picos de processo iniciados em semestres distintos durante o ano de 2018. Enquanto a 2ª vara teve um aumento de distribuição de 55,14% entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro de 2018, a 1ª vara experimentou essa evolução entre o primeiro e o segundo semestre de 2018, na ordem de 47,86%.

Experimentaram queda na distribuição no primeiro semestre de 2019 e ligeiro aumento no segundo semestre do mesmo ano, na casa dos 5,13%, 5,38%, respectivamente.

1ª vara de execuções fiscais

Figura 24: Quantidade de processos distribuídos na 1ª vara de execuções fiscais de Porto Velho.

A 1ª vara de execuções fiscais da capital sempre manteve a distribuição de forma equilibrada. O único pico de distribuição verificado ocorreu entre o primeiro e segundo semestre de 2018, com aumento de 47,86% no número de processos iniciados, isso um semestre antes da migração dos processos para a CPE e a mudança na estrutura de gabinete da unidade. Mas é preciso dizer que no segundo semestre de 2019 a distribuição voltou aos patamares normais.

7.2 CURVA DE EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS ATIVOS

Juizados especiais cíveis e de fazenda pública

O movimento do quantitativo de processos ativos é relevante para que se saiba se após a implantação da CPE as unidades jurisdicionais conseguiram reduzir o seu acervo de processos, fato que influencia diretamente na taxa de congestionamento de cada unidade e do judiciário como um todo.

Figura 25: Curva de evolução dos processos ativos

Figura 26: diferença de quantidade de acervo na data da migração e em dezembro de 2019

Figura 27: Resumo do impacto no acervo dos juizados

Varas de família

Figura 28: Curva de evolução dos processos ativos.

Figura 29: diferença de quantidade de acervo na data da migração e em dezembro de 2019

Figura 30: Resumo do impacto no acervo das varas de família

Varas Cíveis – 1ª a 5ª

Figura 31: Curva de evolução dos processos ativos nas varas cíveis da capital.

Figura 32: diferença de quantidade de acervo na data da migração e em dezembro de 2019

Figura 33: Resumo do impacto no acervo nas varas cíveis

Varas cíveis – 6ª a 10ª

Figura 34: Curva de evolução dos processos ativos nas varas cíveis da capital

Figura 35: diferença de quantidade de acervo na data da migração e em dezembro de 2019

Processos Ativos

Figura 36: Resumo do impacto no acervo das varas cíveis

Varas da fazenda pública

Figura 37: Curva de evolução dos processos ativos nas varas de fazenda pública da capital

Figura 38: diferença de quantidade de acervo na data da migração e em dezembro de 2019

Aqui verificamos uma unidade jurisdicional com redução e outra com aumento nos acervos.

O total médio geral de redução foi de 5,64%, com uma diminuição de 110 processos.

1ª vara de execuções fiscais

Figura 39: Curva de evolução dos processos ativos na 1ª vara de execuções fiscais da capital.

Figura 40: diferença de quantidade de acervo na data da migração e em dezembro de 2019

Figura 41: Quadro geral do impacto da CPE no acervo das unidades analisadas

7.3 TAXA DE CONGESTIONAMENTO

A taxa de congestionamento é o “indicador que mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de solução ao final do ano-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados)” (QUEIRÓS *et al.*, 2019, p. 78).

O uso do marcador tema finalidade de verificar se após a CPE as unidades conseguiram finalizar mais processos pendentes do que no período dos cartórios tradicionais.

A aferição do índice é anual.

Juizados especiais cíveis e de fazenda pública

Figura 42: evolução da taxa de congestionamento dos juizados especiais cíveis e fazenda pública do ano de 2014 a 2019

Figura 43: diferença entre a taxa de congestionamento avaliada no ano da migração e ao final de 2019

Os dados demonstram uma redução geral da taxa de congestionamento, nos juizados cíveis, de 13,28% e de 22,34% no de fazenda pública.

Varas de família

Figura 44: evolução da taxa de congestionamento das varas de família da capital, do ano de 2014 a 2019

Figura 45: diferença entre a taxa de congestionamento avaliada no ano da migração e ao final de 2019

Considerando a média geral do grupo analisado, a taxa de congestionamento foi reduzida em 14,74%.

Varas cíveis - 1ª a 5ª

Figura 46: evolução da taxa de congestionamento das varas cíveis da capital – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª

Figura 47: diferença entre a taxa de congestionamento avaliada no ano da migração e ao final de 2019

Considerando as 5 unidades jurisdicionais, na média, a redução da taxa de congestionamento foi de 9,57%.

Varas cíveis - 6ª a 10ª

Figura 48: evolução da taxa de congestionamento das varas cíveis da capital – 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª

Figura 49: diferença entre a taxa de congestionamento avaliada no ano da migração e ao final de 2019

Os dados informados demonstram que as 5 varas cíveis examinadas, reduziram, na média, 14,71% da taxa de congestionamento.

Varas de fazenda pública

Figura 50: evolução da taxa de congestionamento das varas da fazenda pública de Porto Velho

Figura 51: diferença entre a taxa de congestionamento avaliada no ano da migração e ao final de 2019

Taxa de congestionamento

1ª vara de execuções fiscais

Figura 52: evolução da taxa de congestionamento da 1ª vara de execuções fiscais da capital

Figura 53: diferença entre a taxa de congestionamento avaliada no ano da migração e ao final de 2019

Figura 54: Quadro geral sobre a evolução da taxa de congestionamento a partir da CPE

7.4 TEMPO DE DURAÇÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

O tempo médio de duração do processo é considerado o período compreendido entre a distribuição e a primeira baixa ou arquivamento da ação. Baixa é o movimento de remessa para o Tribunal em caso de apelação ou para outra vara, em razão do reconhecimento da incompetência.

Para efeitos comparativos será verificado o tempo médio de tramitação do processo pelo mesmo período, antes e depois do ingresso da unidade na CPE.

Juizados especiais cíveis e de fazenda pública

Os juizados especiais cíveis e de fazenda pública foram as primeiras unidades a terem seus serviços cartorários encampados pela CPE, em novembro de 2016 (TJRO, 2016a; c).

Figura 55: Tempo médio mensal de duração do processo de conhecimento

Figura 56: variação do tempo médio de duração do processo de conhecimento, antes e depois da CPE

Varas de família

A migração dos processos da 4ª vara de família para a CPE se deu em outubro de 2017, (TJRO, 2017a). O serviço cartorário das demais varas de família foram encampados pela CPE em junho de 2018 (TJRO, 2018k), (TJRO, 2018m) e (TJRO, 2018l).

Figura 57: Tempo médio mensal de duração do processo de conhecimento nas varas de família.

Tempo médio mensal antes e depois da CPE

Varas cíveis - 1ª a 5ª

A migração dos processos da 1ª e 5ª varas cíveis para a CPE se deu em setembro de 2018 (TJRO, 2018a; b). O processo de migração da 2ª e 3ª 4ª varas cíveis findou em outubro de 2018 (TJRO, 2018e; d) (TJRO, 2018c).

Figura 58: Tempo médio mensal de duração do processo de conhecimento nas varas cíveis – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª.

Figura 59: variação do tempo médio de duração do processo de conhecimento, antes e depois da CPE

Varas cíveis – 6ª a 10ª

A migração dos processos da 6ª vara cível para a CPE se ocorreu em novembro de 2017 (TJRO, 2017a). O processo de migração da 7ª vara cível findou abril de 2018 (TJRO, 2018h). Os serviços cartorários da 8ª vara cível passaram para a CPE em dezembro de 2018 (TJRO, 2017b). A 9ª e 10 varas cíveis foram encampada pela CPE em maio de 2018 (TJRO, 2018i). (TJRO, 2018j).

Figura 60: Tempo médio mensal de duração do processo de conhecimento nas varas cíveis – 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª.

Figura 61: variação do tempo médio de duração do processo de conhecimento, antes e depois da CPE

Varas de fazenda pública

As duas varas de fazenda pública de Porto Velho (1ª e 2ª) tiveram seus serviços cartorários migrados para a CPE em dezembro de 2018 (TJRO, 2018g; 2019a).

Figura 62: Tempo médio mensal de duração do processo de conhecimento nas varas de fazenda pública da capital.

Figura 63: variação do tempo médio de duração do processo de conhecimento, antes e depois da CPE

Inexistem dados para realizar a comparação do tempo médio de duração do processo de conhecimento na 1ª vara de execuções fiscais.

Figura 64: Quadro resumo da evolução do tempo médio de duração do processo de conhecimento

Pelo que se verifica, a redução se deu nas varas dos juizados e de família, atingindo também duas unidades cíveis. A elevação ocorreu de forma concentrada nas varas cíveis e de fazenda pública.

É difícil encontrar um motivo para a situação, especialmente por que a produção de sentenças e da atividade cresceu, não houve aumento do número de processos distribuídos e o acervo vem caindo de forma considerável.

As explicações possíveis são todas externas. Tem-se como mais factível aumento a extensão dos prazos, contados agora em dias úteis, com entrada em vigor do CPC de 2015.

7.5 TEMPO MÉDIO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS DE CONHECIMENTO

Quanto ao tempo médio de julgamento, considera-se para análise o período compreendido entre a distribuição e a primeira sentença dos processos.

Para encontrar a média mensal de julgamentos de processos em cada unidade são identificados os processos julgados no mês de referência. Depois são verificadas as datas de distribuição de cada um deles. Após a soma do tempo de julgamento de todos os feitos divide-se o resultado pelo total de processos julgados no período.

Para avaliação do tempo médio de julgamento tem-se as mesmas limitações do uso da média ressaltado no tópico anterior.

São comparados períodos anteriores e posteriores à gestão cartorária das unidades pela CPE.

Juizados especiais cíveis e de fazenda pública

Os juizados especiais cíveis e de fazenda pública foram as primeiras unidades a terem seus serviços cartorários encampados pela CPE, em novembro de 2016 (TJRO, 2016a; c).

Figura 65: Tempo médio mensal de julgamento de processos de conhecimento

Figura 66: variação do tempo médio de julgamento do processo de conhecimento, antes e depois da CPE

Varas de Família

A migração dos processos da 4ª vara de família para a CPE se deu em outubro de 2017, (TJRO, 2017a). O serviço cartorário das demais varas de família foram encampados pela CPE em junho de 2018 (TJRO, 2018k), (TJRO, 2018m) e (TJRO, 2018l).

Figura 67: Tempo médio mensal de julgamento de processos de conhecimento das varas de família.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 68: variação do tempo médio de julgamento do processo de conhecimento, antes e depois da CPE

A redução tempo de julgamento na maioria das unidades aconteceu mesmo com o aumento do marcador no período após a vigência do CPC/15, em 10,56%.

Varas Cíveis – 1ª a 5ª

A migração dos processos da 1ª e 5ª varas cíveis para a CPE se deu em setembro de 2018 (TJRO, 2018a; b). O processo de migração da 2ª e 3ª 4ª varas cíveis findou em outubro de 2018 (TJRO, 2018e; d) (TJRO, 2018c).

Figura 69: Tempo médio mensal de julgamento de processos de conhecimento das varas cíveis da capital – 1ª a 5ª

Figura 70: variação do tempo médio de julgamento do processo de conhecimento, antes e depois da CPE

Varas Cíveis – 6ª a 10ª

A migração dos processos da 6ª vara cível para a CPE se ocorreu em novembro de 2017 (TJRO, 2017a). O processo de migração da 7ª vara cível findou abril de 2018 (TJRO, 2018h). Os serviços cartorários da 8ª vara cível passaram para a CPE em dezembro de 2018 (TJRO, 2017b). A 9ª e 10 varas cíveis foram encampada pela CPE em maio de 2018 (TJRO, 2018i). (TJRO, 2018j).

Figura 71: Tempo médio mensal de julgamento de processos de conhecimento das varas cíveis da capital – 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª.

Figura 72: variação do tempo médio de julgamento do processo de conhecimento, antes e depois da CPE

Tempo médio mensal de julgamento antes e depois da CPE

Varas de Fazenda Pública

As duas varas de fazenda pública de Porto Velho (1ª e 2ª) tiveram seus serviços cartorários migrados para a CPE em dezembro de 2018, conforme atos nº 1959/2018 (TJRO, 2018g) e 017/2019 (TJRO, 2019a).

Figura 73: Tempo médio mensal de julgamento de processos de conhecimento das varas de fazenda pública da capital.

Figura 74: variação do tempo médio de julgamento do processo de conhecimento, antes e depois da CPE

Figura 75: Quadro resumo com a evolução do tempo médio de julgamento de processos de conhecimento

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da CPE é exemplo de atividade administrativa de gestão, consentânea com os princípios constitucionais da administração pública (legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade).

É possível afirmar que se encaixa como ação estatal que visa atender especificamente ao terceiro movimento de acesso à Justiça, capitaneado por Cappelletti e Garth (2002), ao buscar a desburocratização e uniformização da atividade jurisdicional.

Os resultados apresentados pelas unidades judiciais, pesquisadas após a assunção de seus serviços cartorários pela CPE, com redução de mais de 23% no número de processos ativos, aumento da produtividade de juízes e servidores, além de reduzir o impacto orçamentário com o melhor aproveitamento de servidores espaço físico e profissionalização da gestão, são conclusivos de que a política pública pode ser considerada instrumento de combate da morosidade processual e de efetiva melhoria do acesso à Justiça no judiciário rondoniense.

O formato do relatório pode ser utilizado para o acompanhamento do novo órgão, o planejamento de expansão ou não da estrutura, assim como serem incluídos nos sistemas eletrônicos de monitoramento, acompanhamento e correccional, empregados pela Corregedoria Geral da Justiça e STIC, além de serem utilizados por outros Tribunais de Justiça que tenham interesse na implantação desse novo modelo de gestão cartorária.

REFERÊNCIAS

BOFF, S. O.; SOUZA, L. A. D.; STAHLHÖFER, I. S. **Avaliação das Políticas Públicas brasileiras de persecução ao cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do milênio**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2015.

CGJ. Sistema Eolis. Porto Velho, 2016. Disponível em: < www.eolis.tjro.jus.br >. Acesso em: 13 dez. 2019.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. Prentice Hall Englewood Cliffs, NJ, 1992. ISBN 0139336079.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Studying public policy: Policy cycles and policy subsystems**. Oxford: Oxford university press 2009.

QUEIRÓS, D. et al. **Relatório Justiça em números 2019**. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. 2019

SCHMIDT, J. P. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. **Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**, v. 8, p. 2307-2333, 2008.

TJRO. **Portaria 06/2014**. Porto Velho: Tribunal de Justiça de Rondônia 2014.

_____. **Ato nº 43/2016-PR**. Porto Velho: Tribunal de Justiça de Rondônia 2016a.

_____. **Resolução 29/2016**. Dispõe sobre a criação da Central de Processos Eletrônicos - CPE, altera o quadro de servidores das unidades jurisdicionais do Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências. Porto Velho: Tribunal de Justiça de Rondônia 2016b.

_____. TJRO inaugura novo prédio do Judiciário em Porto Velho. Porto Velho, 2016c. Disponível em: < <https://www.tjro.jus.br/noticias/item/6978-tjro-inaugura-novo-predio-do-judiciario-em-porto-velho> >. Acesso em: 07 out. 2019.

_____. **Ato nº 1.559/2017-PR**. Porto Velho: Tribunal de Justiça de Rondônia 2017a.

_____. **Ato nº 1.761/2017-PR.** Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2017b.

_____. **Ato nº 1.265/2018-PR.** Porto Velho: Tribunal de Justiça dos Estado de Rondônia 2018a.

_____. **Ato nº 1.269/2018.** Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2018b.

_____. **Ato nº 1.579/2018-PR.** Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2018c.

_____. **Ato nº 1.686/2018-PR.** Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2018d.

_____. **Ato nº 1.687/2018-PR.** Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2018e.

_____. **Ato nº 1.734/2018.** Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2018f.

_____. **Ato nº 1.959/2018-PR.** Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2018g.

_____. **Ato nº 459/2018-PR.** Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2018h.

_____. **Ato nº 662/2018-PR.** Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2018i.

_____. **Ato nº 755/2018-PR.** Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2018j.

_____. **Ato nº 939/2018.** Porto Velho: Tribunal de Justiça de Rondônia 2018k.

_____. **Ato nº 940/2018-PR.** Porto Velho: Tribunal de Justiça de Rondônia 2018l.

_____. **Ato nº 959/2018-PR.** Porto Velho: Tribunal de Justiça de Rondônia 2018m.

_____. **Ato nº 017/2019-PR.** Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2019a.

_____. **SEI nº nº 0000282-82.2019.8.22.8700. Solicita informações ao TJRO sobre produtividade das unidades avaliadas e utilização de espaços físicos.** Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2019b.

TJSP. **Comunicado 256/2019-SEMA.** São Paulo: DJE do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: 17 p. 2019a.

_____. UPJS Inataladas. São Paulo, 2019b. Disponível em: <
<http://www.tjsp.jus.br/CartorioDoFuturo/Noticias/UpjsInstaladas>>. Acesso em: 04 out.
2019.

AUTORES

Danilo Augusto Kanthack Paccini

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Mestre em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Especialista em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialista em Direito Eleitoral pela Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia (FARO).

e-mail: danilopaccini@gmail.com

Carolina Yukari Veludo Watanabe

Docente na Universidade Federal de Rondônia. Doutora em Ciência de Computação e Matemática Computacional pela Universidade de São Paulo (ICMC-USP). Pós-doutorado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Atua nos programas de pós-graduação de Administração de Empresas e de Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça na UNIR. As áreas de interesse são construção de bases socioeconômicas para auxílio ao desenvolvimento de políticas públicas e ciência de dados.

e-mail: carolina@unir.br